

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	24
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	26

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	20.000
Preferenciais	0
Total	20.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	265.276	275.336
1.01	Ativo Circulante	79.355	87.543
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	150	187
1.01.01.01	Caixa e Bancos	150	187
1.01.02	Aplicações Financeiras	25.969	35.894
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	25.969	35.894
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	25.969	35.894
1.01.03	Contas a Receber	46.705	46.129
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	46.705	46.129
1.01.03.02.01	Concessionárias e Permissionárias	6.872	6.654
1.01.03.02.03	Contas a Receber - Ativo de Contrato	39.833	39.475
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.531	5.333
1.01.08.03	Outros	6.531	5.333
1.01.08.03.01	Outros Créditos	6.531	5.333
1.02	Ativo Não Circulante	185.921	187.793
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	184.701	186.573
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	25.099	24.312
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	25.099	24.312
1.02.01.04	Contas a Receber	159.602	162.261
1.02.01.04.03	Ativo de Contrato	159.602	162.261
1.02.03	Imobilizado	1.220	1.220
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.220	1.220

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	265.276	275.336
2.01	Passivo Circulante	49.484	54.511
2.01.02	Fornecedores	1.401	1.128
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.401	1.128
2.01.02.01.01	Fornecedores	1.401	1.128
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.426	4.641
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.426	4.641
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.458	733
2.01.03.01.02	Taxas Regulamentares	3.299	3.240
2.01.03.01.03	Outros Impostos e Contribuições a Pagar	669	668
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.675	33.822
2.01.04.02	Debêntures	27.675	33.822
2.01.04.02.01	Em moeda nacional	27.675	33.822
2.01.05	Outras Obrigações	11.577	11.546
2.01.05.02	Outros	11.577	11.546
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	10.103	10.103
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	1.474	1.443
2.01.06	Provisões	3.405	3.374
2.01.06.02	Outras Provisões	3.405	3.374
2.01.06.02.04	PIS e COFINS Diferido	3.405	3.374
2.02	Passivo Não Circulante	176.303	186.722
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	128.051	139.355
2.02.01.02	Debêntures	128.051	139.355
2.02.03	Tributos Diferidos	46.925	46.003
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.925	46.003
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.961	40.221
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	5.964	5.782
2.02.04	Provisões	1.327	1.364
2.02.04.02	Outras Provisões	1.327	1.364
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	1.364
2.02.04.02.04	Provisões	1.327	0
2.03	Patrimônio Líquido	39.489	34.103
2.03.01	Capital Social Realizado	20.000	20.000
2.03.04	Reservas de Lucros	14.103	14.103
2.03.04.01	Reserva Legal	4.000	4.000
2.03.04.11	Dividendos retidos	10.103	10.103
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.386	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.146	14.509
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.358	-1.085
3.03	Resultado Bruto	13.788	13.424
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-588	-130
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-588	-130
3.04.02.01	Serviços de Terceiros	-588	-107
3.04.02.02	Outros	0	-23
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.200	13.294
3.06	Resultado Financeiro	-4.762	-4.512
3.06.01	Receitas Financeiras	1.450	1.842
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.212	-6.354
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.438	8.782
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.052	-2.979
3.08.01	Corrente	-2.312	-1.813
3.08.02	Diferido	-740	-1.166
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.386	5.803
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.386	5.803
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,27	0,29

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	5.386	5.803
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.386	5.803

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-599	365
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.969	5.471
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	5.386	5.803
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição social diferido	740	1.166
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	213	154
6.01.01.04	Juros e Correção monetária sobre financiamentos	6.139	6.113
6.01.01.05	Ativo de contrato - remuneração	-7.389	-7.682
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social corrente	2.312	1.813
6.01.01.07	Títulos e valores mobiliários - rendimento	-1.432	-1.894
6.01.01.08	Depreciação	0	-2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.568	-5.106
6.01.02.02	Concessionárias e Permissionárias	-218	-376
6.01.02.03	Ativo de contrato	9.690	9.344
6.01.02.05	Outros ativos	-1.198	134
6.01.02.06	Fornecedores	273	-56
6.01.02.07	Impostos e contribuições a recolher	837	-313
6.01.02.08	Encargos setoriais	59	137
6.01.02.09	Outros passivos	-5	93
6.01.02.10	Debêntures - pagamentos de juros	-13.583	-11.487
6.01.02.11	Impostos e contribuições pagos	-2.424	-2.523
6.01.02.12	Outros impostos e contribuições a recolher	1	-59
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.569	8.345
6.02.01	Títulos e valores mobiliários - aplicações	-20.950	-20.152
6.02.03	Títulos e valores mobiliários - resgates	31.519	28.497
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.007	-9.027
6.03.01	Debêntures - pagamento de principal	-10.007	-9.027
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37	-317
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	187	465
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	150	148

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.000	0	14.103	0	0	34.103
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.000	0	14.103	0	0	34.103
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.386	0	5.386
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.386	0	5.386
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.000	0	14.103	5.386	0	39.489

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.000	0	15.498	-1	0	35.497
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.000	0	15.498	-1	0	35.497
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.803	0	5.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.803	0	5.803
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.000	0	15.498	5.802	0	41.300

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	17.756	16.933
7.01.02	Outras Receitas	17.756	16.933
7.01.02.01	Remuneração do ativo de contrato	13.074	12.564
7.01.02.02	Operação e manutenção ativo de contrato	4.682	4.515
7.01.02.03	Parcela variável	0	-146
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.946	-1.216
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-672	-439
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-607	-159
7.02.04	Outros	-667	-618
7.02.04.01	Despesas gerais. administrativas e outros	-667	-618
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.810	15.717
7.04	Retenções	0	-1
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-1
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.810	15.716
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.450	1.842
7.06.02	Receitas Financeiras	1.450	1.842
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	17.260	17.558
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	17.260	17.558
7.08.01	Pessoal	472	418
7.08.01.01	Remuneração Direta	336	298
7.08.01.02	Benefícios	120	107
7.08.01.03	F.G.T.S.	16	13
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.965	4.768
7.08.02.01	Federais	4.965	4.722
7.08.02.02	Estaduais	0	2
7.08.02.03	Municipais	0	44
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.437	6.569
7.08.03.01	Juros	6.212	5.976
7.08.03.03	Outras	225	593
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.386	5.803
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.386	5.803

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

(em milhares de Reais)

1. Principais acontecimentos no período

(a) Pagamento de debêntures

	Principal	Juros
Debêntures	(10.007)	(13.583)
	(10.007)	(13.583)

(b) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão foi de 100%.

2. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das informações trimestrais - ITR da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais - ITR para o período findo em 31 de março de 2026.

3. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada para prestação de serviços de revisão para a Companhia para o período findo em 31 de março de 2026.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima de capital aberto listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria B, foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025 a Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões) possui 100% de participação na Companhia, sendo controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes).

A Celeo Redes é controlada em conjunto pela Elecnor S.A. com 51% e a APG Infrastructure Pool 2012 com 49%.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão nº 84/2002 (Contrato) tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

Os contratos assinados entre os anos de 2000 e 2006 estabelecem uma Receita Anual Permitida (RAP) fixa, sendo prevista a queda da RAP a partir do 16º ano de operação comercial que se estenderá até o término do prazo da concessão.

A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia passou a receber 50% da receita anual permitida do 15º ano.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

	Ciclo	
	2025-2026 (i)	2024-2025 (ii)
Receita Anual Permitida	74.961	80.224

(i) Resolução Homologatória nº 3.481 de 15 de julho de 2025.

(ii) Resolução Homologatória nº 3.348 de 16 de julho de 2024.

O aumento de 7% foi decorrente principalmente do reajuste da inflação IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações trimestrais - ITR foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A apresentação destas informações trimestrais - ITR foram elaboradas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais – ITR e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas na demonstração financeira anual referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A emissão destas informações trimestrais – ITR foi autorizada pela diretoria em 13 de maio de 2026.

Notas Explicativas

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais - ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais - ITR estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais - ITR, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas informações trimestrais - ITR estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos
11	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
23	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada
14	PIS e COFINS diferido

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5. Base de mensuração

As informações trimestrais - ITR foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

7. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).

8. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 dezembro de 2025. As revisões dos normativos contábeis com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2026 não produziram impactos significativos nas informações trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

9. Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Companhia aplica a totalidade seus recursos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). No período findo em 31 de março de 2026 a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,3% (99,5% em 31 de dezembro de 2025) do DI com vencimento entre dezembro de 2026 e março de 2027.

A variação observada está relacionada ao aumento dos resgates das aplicações, principalmente, para pagamento de debêntures, conforme nota explicativa 12.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 2ª emissão de debentures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação as contas denominadas (i) “Conta Reserva” (caixa restrito), com saldo no montante necessário para o pagamento da próxima parcela de serviço da dívida e (ii) “conta vinculada”, que centraliza a movimentação dos direitos creditórios originados dos “contratos do projeto”, relacionados aos contratos de concessão e de prestação de serviços. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, todas as contas estão em conformidade ao estipulado nos contratos relacionados às debêntures

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a totalidade dos recursos estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander, cuja rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos) foi de 95% DI.

10. Concessionárias e permissionárias

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	6.373	6.161
Até 3 meses	18	23
De 3 a 12 meses	170	345
Acima de 12 meses	1.850	1.664
Provisão para perda de crédito esperada	(1.539)	(1.539)
	6.872	6.654

11. Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	201.736	209.477
Remuneração do ativo de contrato	7.389	7.682
Recebimentos	(9.690)	(9.344)
Em 31 de março de 2026 e 2025	199.435	207.815

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	39.833	39.475
Não circulante	159.602	162.261
	199.435	201.736

Notas Explicativas

12. Debêntures

Debêntures	176.169	192.722
Custo de transação	(2.992)	(3.541)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	173.177	189.181
Juros	6.002	5.976
Amortização - principal	(10.007)	(9.027)
Amortização - juros	(13.583)	(11.487)
Amortização - custo de transação	137	137
Debêntures	158.581	178.184
Custo de transação	(2.855)	(3.404)
Em 31 de março de 2026 e 2025	155.726	174.780

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	27.675	33.822
Não circulante	128.051	139.355
	155.726	173.177

i. Estrutura da dívida

Emissão	Segunda
Data de emissão	15 de julho de 2021
Data de vencimento	15 de julho de 2031
Finalidade	Realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para reforço de caixa da Companhia.
Valor total captado	227.000
Data de ingresso dos recursos	21 de julho de 2021
Atualização do saldo principal	CDI
Taxa de juros	100% CDI + 1,7% a.a. na base 252
Pagamento de principal e juros	Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 17 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto da captação em sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação.

iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros, inclui somente principal, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem semestralmente. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de março de 2026 e considera que todas as amortizações de principal e juros da dívida serão efetuados nas datas contratadas.

Em 31 de março de 2026 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

Notas Explicativas

	31/03/2026
Em 2027	10.428
Em 2028	23.866
Em 2029	27.329
A partir de 2030	66.428
	128.051

iv. Cláusulas restritivas

As debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenant*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir:

(a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura
(b) Liquidação, dissolução ou extinção da Companhia
(c) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou autofalência da Companhia, assim como apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores
(d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações
(e) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas ou seja realizada entre sociedades do mesmo grupo econômico e seja mantido o controle acionário
(f) Extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão
(g) Vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia com terceiros, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais)
(h) Invalidez, nulidade, inexecutabilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou contratos de garantia
(i) Protesto de títulos de responsabilidade da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 14.000 (catorze milhões de reais), cuja devida comprovação não for apresentada ao agente fiduciário
(j) Não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) vezes, a ser apurado pela Companhia anualmente
(k) concessão de preferência/prioridade a outros créditos ou assunção de novas dívidas financeiras pela Companhia, ressalvados determinados casos
(l) redução de capital social da Companhia, excetuadas certas hipóteses
(m) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas integrantes do grupo econômico a que pertença a Companhia, exceto por determinadas hipóteses.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas na escritura das debêntures.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	31/03/2026	31/12/2025
Dívida bruta		
Debêntures	158.581	176.169
Caixa e equivalentes de caixa e TVM		
Conta corrente	150	187
CDB	51.068	60.206
Dívida líquida	107.363	115.776

13. PIS e COFINS diferidos

	31/03/2026	31/12/2025
PIS	1.669	1.633
COFINS	7.700	7.523
	9.369	9.156

Notas Explicativas

Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Nos termos do ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência.

A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 (R1) e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	3.405	3.374
Não circulante	5.964	5.782
	9.369	9.156

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de renda	30.123	29.579
Contribuição social	10.838	10.642
	40.961	40.221

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	31/03/2026	31/12/2025
Provisão para perda de crédito esperada	(523)	(523)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	41.484	40.744
	40.961	40.221

Notas Explicativas

15. Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível, fundiária e tributária.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Os saldos de “provisão” e “passivos contingentes” estão detalhados a seguir:

	Provisões		Passivos contingentes	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Cível	200	200	1.273	1.273
Tributário	-	-	478	478
Fundiário	-	-	100	100
	200	200	1.851	1.851

Os saldos de provisões são apresentados no balanço patrimonial na linha de “provisão para litígios - cíveis”.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o valor provisionado e do passivo contingente são R\$ 200 e R\$ 1.851, respectivamente.

(a) Cível

A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da ANEEL que inseriu novo reajuste do valor do TUST (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corréis, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o valor em risco é de R\$ 200 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. O montante encontra-se contabilizado em “outras provisões” no passivo não circulante.

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o valor em risco é de R\$ 1.273, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

(b) Tributário

(b.1) Pedido de compensação

A Companhia possui processos administrativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o valor em risco é de R\$ 478, sendo avaliado pela administração com suporte dos assessores jurídicos como risco de perda possível. Esta classificação considera a avaliação até as últimas instâncias.

(c) Servidão

A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão vai ser construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não há valor em risco avaliado como perda provável. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível o montante de R\$ 100.

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo Expansões.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do período, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

A Companhia não reconhece mais constituição de reserva legal pois o saldo atual representa 20% do capital social.

(c) Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

17. Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	5.386	5.803
Média ponderada das ações emitidas	20.000	20.000
	0,27	0,29

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

18. Receita operacional líquida

		31/03/2026	31/03/2025
Remuneração do ativo		7.389	7.682
Receita de operação e manutenção		4.682	4.515
Ganho na RAP	(a)	5.685	4.882
Parcela variável		-	(146)
Receita bruta		17.756	16.933
PIS e COFINS correntes		(1.700)	(1.589)
PIS e COFINS diferidos		(213)	(154)
Encargos setoriais	(b)	(697)	(681)
Deduções da receita		(2.610)	(2.424)
		15.146	14.509

(a) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada.

(b) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

Notas Explicativas

	31/03/2026	31/03/2025
Reserva global de reversão (RGR)	(450)	(447)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(179)	(164)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(68)	(69)
	(697)	(681)

19. Custos operacionais

(a) Custos operacionais

		31/03/2026	31/03/2025
Pessoal		(472)	(418)
Manutenção de subestação	(i)	(105)	(175)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(424)	(155)
Contrato de compartilhamento de instalação		(83)	(83)
Material		(19)	(28)
Viagem e hospedagem		(35)	(35)
Aluguel		(74)	(65)
Consultorias		(2)	-
Tributos		(18)	(29)
Diversos		(126)	(97)
		(1.358)	(1.085)

- (i) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura da Companhia.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 22 (a).

20. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Rendimento de aplicação financeira	1.364	1.804
Outras receitas	86	37
Receitas financeiras	1.450	1.842
Juros - debêntures	(6.002)	(5.976)
Custo de transação - debêntures	(137)	(137)
Outras despesas	(73)	(241)
Despesas financeiras	(6.212)	(6.354)
	(4.762)	(4.512)

21. Imposto de renda e contribuição social

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos impostos	8.438	8.782
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(2.869)	(2.962)
Adições e exclusões	(183)	(17)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(3.052)	(2.979)
Alíquota efetiva	36%	34%
Corrente	(2.312)	(1.813)
Diferido	(740)	(1.166)

Notas Explicativas

22. Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de Transação	Índice de Correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
Celeo Redes (i)	ADM	IGPM	5 anos	2031	360	-	(360)	-
Celeo Redes (ii)	O&M	IGPM	5 anos	2026	128	50	(424)	(155)

As transações comerciais com a Celeo Redes referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica “serviços de terceiros - despesas operacionais”; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica “serviços de terceiros - custos operacionais”.

(b) Remuneração da administração

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

23. Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos períodos apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas à dívida ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, a dívida da Companhia possui taxas pré-fixadas mais variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Notas Explicativas

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do período findo em 31 de março de 2026. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse período apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

Notas Explicativas

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(6.384)	(4.788)	(3.192)
Debêntures	Aumento do CDI	16.660	20.825	24.990

*Fonte: O CDI para o cenário provável (12,5%) foi considerado conforme relatório Focus de 02 de abril de 2026.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Nota	Hierarquia do valor justo	31/03/2026		31/12/2025	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa			150	-	187	-
Títulos e valores mobiliários	9	Nível II	-	51.068	-	60.206
Concessionárias e permissionárias	10		-	-	6.654	-
Ativos Financeiros			150	51.068	6.841	60.206
Fornecedores			845	-	1.128	-
Debêntures	12		136.136	-	176.169	-
Passivos Financeiros			136.981	-	177.297	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota	Hierarquia do valor justo	31/03/2026		31/12/2025	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	12	Nível II	136.136	173.230	176.169	178.188
			136.136	173.230	176.169	178.188

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

Notas Explicativas

24. Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	43.502
Responsabilidade civil (i)	30.06.2025 a 30.06.2026	20.000
Responsabilidade da Administração (i)	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000

- (i) Os Seguros de Responsabilidade civil e Responsabilidade da administração compreendem a todas as empresas do Grupo Celeo Redes, do qual a Companhia faz parte.

José Maurício S. de Souza
Diretor

Marcus Hansen Balata
Diretor de relação com
investidores

Bruno M. S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declara que reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2026

Marcus Hansen Balata

Diretor de Relações com Investidores

José Maurício S. de Souza

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2026

Marcus Hansen Balata
Diretor de Relações com Investidores

José Maurício S. de Souza
Diretor